

## DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

### FRANCISCO RANGEL PESTANA\*

Moacyr CAMPOS

Há cem anos, aos 26 de novembro de 1839, em um lar modesto de Iguaçú, no sopé de serra da Estrela, província do Rio de Janeiro, nascia um menino franzino. Fato vulgaríssimo o de uma criança concorrer para o aumento demográfico de um vila esquecida desse Brasil imenso.

Mas essa contingência natural e de aparente somenos importância estava destinada a se projetar de forma sensível sobre toda uma nacionalidade. O menino seria um grande jornalista, educador e político e sua ação teria tal reflexo que hoje aqui nos achamos para comemorar-lhe o centenário. O logarejo - atualmente em ruínas - apesar do homem valer pelo mérito de seus feitos e não pelo acidentalismo de haver nascido neste ou aquele recanto de uma mesma pátria, lhe constituiria um irritante "captis diminutio" que iria ao absurdo de influir no roteiro de sua marcha ascensional.

(...) O menino iguaçuano cresceu, freqüentou a escolinha da vila, seguiu para a corte, fez o curso de humanidades no Pedro II e

---

(\*) Rangel Pestana, uma das figuras mais significativas do jornalismo e da história política brasileira, bastante ligado a Campinas, inclusive pelo casamento, teve seu centenário, transcorrido a 23 de dezembro de 1939, evocado em sessão especial do Centro do Professorado Paulista pela conferência do Professor Moacyr Campos, figura marcante nos quadros do magistério da época. "O Estado de S. Paulo", jornal de que Rangel Pestana foi o principal fundador, a 21 de janeiro do ano seguinte (1940), publicou na íntegra a valiosa conferência do Professor Campos, que julgamos oportuno transcrever, extraída de nossa "pasta de velhos recortes". ONM

ingressou após na já tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, onde seu espírito se expandiria, em brilhante eclosão, na defesa das causas liberais. Realmente, foi no velho casarão conventual do largo de São Francisco que Rangel Pestana revelou a mais notável face de sua atividade: o jornalista.

Foi sob as “arcadas” que nasceu “O Lyrio”, folha estudantina, reflexo da alacridade da juventude, mas que não visava apenas entoar loas ao belo sexo. Falava também em reformas sociais, abolição do elemento servil e até mesmo - “horribile dictum” - em República! Denunciando uma inabalável firmeza de caráter, escrevia Pestana em sua profissão de fé: “O que pensamos e sentimos com franqueza escrevemos, porque temos consciência de que nunca haveremos de corar de nossas opiniões de hoje”.

Como a flor cujo nome portava, “O Lyrio” seria efêmero. Feneceu quando a nação ainda não se havia refeito do assombro causado pelas violentas rajadas do vendaval do “Libelo do Povo”, o terrível panfleto contra a dinastia imperante, da autoria de Timandro, pseudônimo do eminente Sales Torres Homem. O “Libelo”, disse Macedo, era “como uma erupção vulcânica em que o autor estudava em ondas de fogo a situação política, demonstrando com exaltamento febril a improficuidade dos meios normais para a salvação das instituições liberais”. Verdade seja que, anos decorridos, Torres Homem se retrataria, recebendo, então, do Imperador que tanto agravara, o título de Visconde de Inhomirim. Mas também é certo que a formidável lição democrática ficara, divulgada como havia sido, pelos jornais de quase todas as províncias. Tendo causado sensação de sul a norte, é de se calcular que tivesse impressionado fundamente o ânimo de Rangel Pestana, de receptividade sempre aberta à causa liberal, como uma clarinada vibrante a convidá-lo para a luta.

“O Tymbira”, órgão radical que fundou com dois companheiros de valor, cedo desaparecidos - José Luís Monteiro de Souza e Henrique Limpo de Abreu - espelha o avanço de suas idéias em direitura da democracia. Consideremos, porém, o ambiente paulistano da época: 1860. Ruas estreitas, onde predominava o calçamento a jacarés, sobradões solarengos de rótulas semi-fechadas, um ar de beatismo em cada largo servido por uma ou mais igrejas coloniais,

mantilhas ocultando rostos bonitos, lares impenetráveis não só a estranhos como, muitas vezes, à própria luz. Uma grande aldeia, quietude, religiosidade, badalar de sinos, escravos suarentos e, sobretudo, uma certeza de que governo era governo. E lá, no largo de São Francisco, uma colmeia que se agitava, demônios de vinte anos cuidando de coisas liberais. E um tal Pestana que escrevia horrores deste quilate: “Ah! É tempo de acabarmos com a escravidão! Se uma lei geral de libertação não é ainda possível, ao menos a Nação não possua escravos; para escândalo já é bastante a tutela que ela exerce sobre muitos africanos”.

Quanto entarrão obeso e apatacado, conservador por hábito e conveniência, exibindo duvidosa moralidade, não alardearia sua repulsa àquele estouvado que tinha o desplante de falar em abolição e mesmo em democracia? Endemoninhado é que ele era, e mais os do seu farrancho.

O fato é que “O Tymbira” morreu, vitimado não pelas “pragas” que os adversários lhe rogavam, mas por um mal muito comum na imprensa: o dos sete... números.

O néo-jornalista era, porém, teimoso e tinha necessidade de dizer o que sentia. Já em 1862 escrevia no “Futuro” com Cesário Alvim, Teófilo Ottoni e Belfort Duarte e, mais tarde, com os dois últimos n’ “A Época”, então único jornal de feição liberal em São Paulo. Havia tal ardor e entusiasmo nos seus artigos que os conservadores perceberam tremer o chão sob os alicerces do seu velhíssimo edifício político. A esse período de inquietação sucedeu, todavia, um de alivante desafogo quando viram pelas costas o jovem batalhador que, de posse do seu diploma de bacharel, partia para a Corte.

Tinha então 25 anos de idade. Não obstante, seus biógrafos insistem em dizer que só tardiamente iniciara os estudos, em virtude da saúde comprometida não lho permitir antes. Imaginemo-lo naquele tempo: magro, roupa escura, ar sizudo de senhor muito preocupado, ralos bigodes caídos sobre incipiente cavanhaque, ornamentos estes indispensáveis a um homem sério, evocativos de uma época ideal, quando, como diz a lenda, a barba garantia a probidade.

Dois óbices levaram-no para o Rio: o amor filial e a necessidade de ganhar a vida. Queria abraçar sua mãe enferma que ansiava por ver o filho doutor e, ao mesmo tempo, pretendia fazer

carreira perto dela, para mais facilmente ampará-la, já que seu pai, o honrado tabelião João Jacintho, falecido fazia uns oito anos, poucos recursos deixara. Candidatou-se, pois, a um cargo de promotor público, assim se referindo, a respeito, o dr. Antônio Carlos de Andrada:

“Davam-se oito vagas e o moço Pestana não obteve o lugar que desejava, preterido por nulidades conhecidas, quando é certo que ele deveria tudo esperar porque presidia a província o Visconde de Souza Franco, um dos chefes do Partido Liberal que Pestana servira com dedicação e sua justa pretensão era patrocinada pelo velho patriota Teófilo Ottoni”.

A injustiça feriu-o, trazendo-lhe um travo amargo de desilusão e mais um sensível motivo para acerar-lhe a pena de jornalista. Eis senão quando Zacarias de Góes e Vasconcelos, que muito o estimava, convidado para dirigir o “Diário Oficial”. Imprensa burocrática, repartição pública, divulgadora de atos do governo, apenas. O cargo satisfazia o homem que lutava pela vida, mas aborrecia quem desejava a refrega no terreno ideológico, na imprensa livre. Como de esperar, não tardou a verificação do conflito. Motivou-o uma divergência com o governo nas questões religiosas e internacional com o México, o que levou Pestana a pedir demissão do cargo, necessária a seu ver para garantia de sua liberdade de pensamento, postulado contra o qual nunca transigiria. Ruidosa e altivamente deixou o “Diário Oficial” sem o menor temor pela situação de pobreza que ia enfrentar.

Um como determinismo impelia-o para a trincheira jornalística, não lhe permitindo estacionar em postos onde os acontecimentos que sobreviessem surpreendessem-no como simples espectador. Assim é que seus passos levaram-no ao encontro dos dedicados amigos Limpo de Abreu e Monteiro de Souza, com o apoio dos quais fez surgir em 1866 a “Opinião Liberal”, justamente na ocasião confusa em que os liberais históricos se entrechocavam com os progressistas. Da influência exercida pela nova folha, dá-nos insuspeito depoimento Joaquim Nabuco no seu “Um Estadista do Império”: “A “Opinião Liberal”, a cuja frente se achavam jovens escritores radicais, já em evolução republicana (Rangel Pestana e Limpo de Abreu) eco dos Ottonis, em quem estava representada a tradição ultra-democrática, extremava os dois campos liberais, atacando de preferência a Coroa,

procurando, a seu ver, a causa final”. O pequeno jornal tornava-se, pois, a expressão de um pensamento avançado, ultrapassando o programa reformador de qualquer partido. Foi ele a pedra angular sobre a qual se levantaria o grupo e depois o partido radical, organizado com elementos que abandonavam a agremiação liberal, convictos da necessidade da marcha para a democracia.

Rangel Pestana passou então a dirigir o “Correio Nacional”, criado para ser órgão de um partido ao qual faltava apenas o rótulo para se dizer republicano, já que entre outras medidas pleiteava a abolição do regime servil, do poder moderador e da vitaliciedade dos senadores, a descentralização, sufrágio direto, ensino livre, eleição dos presidentes das províncias e magistratura independente. Um programa que enfeixava todas as aspirações democráticas, menos uma: a queda da monarquia.

O rótulo que não havia, mas que se adivinhava, não tardou a aparecer. Deu-o o manifesto de 1870, quando da fundação do Partido Republicano no Brasil. Nesse documento histórico, redigido por Quintino sob a inspiração de Saldanha Marinho e que seria ratificado entre as esperanças e aclamações do notável conclave que foi a Convenção de Itu de 1873, a plêiade republicana de São Paulo foi representada por dois signatários apenas: Miranda de Azevedo e Rangel Pestana.

1870 encontrara o ardoroso fluminense já nas linhas de frente... Pronto para a luta, cuidou o novel partido da divulgação de seus postulados, servindo-se, como é claro, da imprensa. Nasceu, então, o diário “A República”, resultado da fusão dos três órgãos libero-radicalis existentes.

“A aparição de “A República”, disse Nabuco, é um acontecimento que se houvesse presciência em política, eclipsaria todos os outros. Não era uma dessas folhas efêmeras, como tantas tinham aparecido antes, advogando a idéia republicana; era uma grande folha destinada a ter vasta circulação, com tipografia própria, dentro de pouco tempo, na rua do Ouvidor, o centro das reuniões do novo Partido”.

Rangel Pestana, por direitos de antiguidade e merecimento, foi indicado para dirigi-la. Eximiu-se, porém, ao afanoso encargo. Sentia-se doente, precisava repousar.

Deixou o Rio de Janeiro. Campinas chamava-o. Tinha lá um amigo e irmão de ideal: Francisco Quirino dos Santos. E muitos correligionários. Era a “Meca da República”. Além do que, o coração impelia-o.

Ei-lo na “Princesa do Oeste”. Exerce a advocacia e colabora efetiva e assiduamente na “Gazeta de Campinas”. Não demora, estreita ainda mais os laços que o prendem a Quirino dos Santos, consorciando-se com sua irmã, d. Damiana. O casamento de Rangel Pestana precisa ser mencionado em destaque. Abro, pois, um parêntese na vida do jornalista, para referir-me ao abolicionista.

A questão emancipadora preocupava-o, tanto que fizera inscrever a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre no programa da “Opinião Liberal”. E só mesmo por paradoxo se poderia conceber um republicano escravocrata... Mas a prova da sinceridade de suas prédicas deu-a de forma a não admitir que seus adversários lhe emprestassem cunho de exploração política. Deu-a com solene simplicidade, fazendo sua esposa declarar livres os escravos que levava como patrimônio do casal. Aliás tão nobre ação não deveria ter causado surpresa aos que o conheciam, visto como já tinha procedido de forma idêntica quando alforiara os cativos que sua madrinha de batismo lhe deixara como legado e também os que lhe haviam tocado por herança paterna.

Grande foi a emoção causada pela alviçareira notícia da libertação dos escravos de d. Damiana. No entanto, pesa-me dizê-lo, as manifestações a que deu margem não eram de corações transbordados de alegria; eram, antes, explosões egoísticas de supostos interesses feridos.

O caso tinha Campinas por cenário e Campinas era um dos baluartes da escravatura. O gesto de Rangel Pestana, apenas eminentemente humano, foi considerado de serena coragem por uns e perigoso, revolucionário e mesmo afrontoso pelos senhores fazendeiros, regredidos a uma idade feudal, que lhes permitia o direito de vida e de morte sobre os servos da gleba, amparados por uma monstruosa legislação, aberrante dos princípios cristãos.

Nem poderiam os escravocratas, encastelados em seus latifúndios, habituados às cenas deprimentes e bárbaras das senzalas e dos mercados de carne negra, entender a significação verdadeira do ato

daquele apóstolo que aplicava as lições do Evangelho movido unicamente pela beleza do espírito, sem a ostentação hipócrita de uma religiosidade de conveniência.

Esta incompreensão valeu-lhe guerra encarniçada e até ameaças. Tudo inútil. Rangel Pestana continuou, imperturbável, a marchar pela rota que se traçara. Isso, não obstante em São Paulo nunca se haver julgado imprescindível a condição de abolicionista como credencial para entrar no grêmio republicano, ponto chocante censurado por muito monarquista-abolicionista. A observação é de Evaristo de Moraes, que nota ainda ter havido, desde os primeiros passos para a organização do Partido Republicano de São Paulo a preocupação de não se comprometer a adesão de futuros combatentes com o fechamento da questão em torno da liberdade dos cativos, tendência que se tornou expressa na Convenção de Itu e no programa político emanado do congresso daquela entidade. E diz textualmente: “Não adotavam a solução geral e totalmente libertada. Queriam que o problema do cativo fosse resolvido gradualmente, segundo os interesses peculiares a cada província, e à maior ou menor facilidade da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Demais, aceitavam o princípio da indenização, reconhecido assim o direito de propriedade do homem sobre o homem. O único congressista que protestou contra essa orientação foi Luiz Gama.

E Rangel Pestana, qual sua atitude? Não tomou parte no Congresso, mas não se eximiu à responsabilidade que poderia caber-lhe, tanto assim que, em obra bem ponderada, na qual colaboraram Silva Jardim e Américo de Campos, e isso dias depois do 13 de maio de 1888, justificou a posição do partido diante do problema sócio-econômico da escravidão. Compreende-se a delicadeza do assunto que, apesar de sua magnitude, constituía também um caso político, razão pela qual preferiam os chefes orientadores usar do processo de atacar a nefanda instituição por partes, “criando, logo, o equivalente em força e serviços, efetuando a operação sem abalos, sem os grandes prejuízos das reformas revolucionárias”.

Mas, mais alto que os interesses partidários, falavam por Rangel Pestana os seus artigos abolicionistas na imprensa, persistentes, sinceros e impressionantes, e ainda mais que eles os escravos que

libertara e fatos como o de Campinas, eminentemente definidores de seu caráter e pensamento.

Voltemos ao jornalista. Em outubro de 1872 a “República” entrou em crise, deixando de ser órgão do partido para se tornar propriedade exclusiva de Quintino Bocaiuva, com o que glosaram os adversários. Não se conformando com a falta que o jornal lhes fazia, embora a “República” continuasse desenvolvendo o mesmo programa, os próceres republicanos da Corte, cientes da capacidade de ação de Rangel Pestana, convidaram-no para a espinhosa missão de organizar e dirigir uma folha que desempenhasse a função daquela junto ao partido. Não se esquivou à incumbência, mas encontrou tantos empecilhos e de tal ordem que desistiu de levá-la a cabo. Não se tratava de obstáculos materiais. Coisa pior. Sizânia, perfídia, despeito. Notou que entre aqueles que o haviam indicado como o único capaz de meter ombros à ingente empreitada, alguns procuravam levemente embaracá-lo através de uma campanha mofina e subterrânea, tendente a mostrar que sua interferência era resultado de um movimento de hostilidade contra Quintino. A intriga era soez, mas foi o próprio Quintino quem reconheceu a lealdade de Pestana, fazendo-lhe justiça num artigo em que havia a significativa frase: “A inveja e a impotência desfizeram o que o despeito e a maledicência tentaram criar”.

Vê-se, por aí, que não havia unidade de vistas no Partido Republicano da Corte. Magoado e com exata percepção da crise que se avizinhava, Rangel Pestana retraiu-se, continuando sua pregação democrática pelas colunas da “Gazeta de Campinas”.

“A República”, que nunca deixara de ser um temível órgão de propaganda, periclitava, porém. Perseguida pela polícia, apedrejada por assalariados, viu-se obrigada a cessar a publicação. Desapareceu em 1873, deixando a Rangel Pestana uma lembrança que é conservada ciosamente por um de seus herdeiros: uma letra de câmbio de seu endosso, protestada e depois paga, como sua contribuição para evitar, um ano antes, que aquela folha percesse.

O próprio partido se desarticulava pela defecção de alguns de seus membros, obumbrados pela sedução de cargos no governo. Para que o moral não se abatesse de vez, urgia a publicação de medidas sábias.

A necessidade de um veículo eficiente e de base sólida para a perfeita divulgação das idéias renovadoras foi o tema que Rangel Pestana se propôs resolver, como um dos corolários para contornar a situação, conjurando o desenlace previsto. Conhecendo seu ponto de vista, vários correligionários manifestaram-se de inteiro acordo, prontificando-se a concorrer para a fundação de um diário na capital da província paulista. Note-se, porém: houve republicanos, de fortuna considerável, que temeram arriscar dinheiro pelo ideal...

Em fins de 1874, vencida uma série de dificuldades, concretizava-se o plano do jornalista, com a formação de uma sociedade de 21 membros, dos quais 19 comanditários, sob a razão social de Pestana, Campos & Cia., destinada a fundar e explorar um jornal diário que se chamaria "A Província de S. Paulo". Os sócios Rangel Pestana e Américo de Campos entravam com maiores quantias para constituir-se o capital de 50:000\$000 e se tornavam solidariamente responsáveis pelos atos praticados em nome da Sociedade. Seriam também os redatores do novo órgão. Dos demais componentes da firma, todos nomes respeitáveis na Capital e no interior da província, agricultores, comerciantes, homens de letras e capitalistas, destacavam-se Américo Brasiliense e Campos Sales - incansáveis coadjuvadores do tentame - João Tibiriçá, Cerqueira Cesar, Martinho Prado, Glicério. Redação e oficinas instalaram-se à rua do Comércio, 14, esquina da rua das Casinhas, hoje Álvares Penteado esquina da rua do Tesouro. A gerência foi confiada a José Maria Lisboa, que trouxe de Campinas parte do pessoal.

4 de janeiro de 1875. Efeméride notável na vida do jornalista que ideara e realizara empresa de tamanha significação. Dia memorável para a imprensa brasileira. Data do aparecimento ao sol de Piratininga do primeiro número de "A Província de S. Paulo".

Merecem relevo alguns preciosos trechos do artigo de fundo com que o recém-nato paladino apresentou-se ao público:

"Não sendo órgão de partido algum nem estando em seus intúitos advogar os interesses de qualquer deles, e por isso mesmo colocando-se em posição de escapar às imposições do governo, às paixões partidárias e às seduções inerentes aos que aspiram o poder e seus proventos, conta 'A Província de S. Paulo' fazer da sua independência

o apanágio de sua força e a medida da severa moderação, sizudês, franquesa, lealdade e critério em que fundará o salutar prestígio a que se destina a imprensa livre e consciente. Sua imparcialidade não será, por isso mesmo, a imparcialidade do silêncio. (...) entrará nos devidos termos da oportunidade e comedimento, e com a independência de uma opinião séria e convencida, na análise da marcha e governação social, em todas as suas esferas, seja qual for o matiz político dominante. É quase escusado dizer que a imprensa assim dirigida guardará nas colunas editoriais a harmonia de um pensamento político, o qual não poderá deixar de ser outro senão o do século e particularmente a tradução fiel das tendências bem pronunciadas da província de São Paulo e mesmo desta nação, aonde todos se confessam entusiastas da democracia e louvam-lhe os intúitos pacíficos e civilisadores, versando muitas vezes a disputa palavrosa em saber quem melhor a compreende e pratica. Seguindo rumos de horizontes tão largos e já tão definidos nas seguras lições da história, e vindo pleitear pela causa nacional em tais condições e nesta época em que até mesmo a palavra REPÚBLICA já não assusta, “A Província de S. Paulo” certamente encontrará terreno firme para consolidar-se e dar ao país resultados profícuos”.

Rangel Pestana foi profeta. O jornal firmou-se pela confiança que seu diretor inspirava e pela prudente e ao mesmo tempo sábia orientação que lhe imprimira. Tornou-se o centro de convergência dos intelectuais e republicanos, conquistando com rapidez vasto prestígio em toda a província. Isto enquanto na Corte devotados adeptos do futuro regime, Saldanha Marinho e Quintino, Lopes Trovão e Aristides Lobo, para só lembrar alguns da brilhante coorte, viam-se privados de organização e da convincente tribuna da imprensa. São Paulo, por intermédio do grande jornal, não deixou que a flama sagrada do ideal republicano esmorecesse e se extinguisse. E foi então um batalhar contínuo, mas ainda sem alcançar o zênite da intensidade, que a tanto impediam escrúpulos da direção, visto ser a folha propriedade de diversos. Mesmo assim, o que Rangel Pestana escrevia era expresso com tal força que destruía todas as resistências, abalava todas as convicções em contrário.

Por alguns anos a “Província de S. Paulo” foi o único jornal que se manteve na brecha, fazendo carreira por entre todo o obstrucionismo do governo, valendo - no dizer de eminente publicis-

ta - por todas as reuniões, convenções, assembléias e congressos republicanos.

E é ainda digno de reparo que, quando em 1878 os liberais subiram ao poder, arrancando das fileiras democráticas o Conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira, luminar do Direito, signatário do manifesto de 1870, o desânimo dominou o acampamento republicano. Só a "Província de S. Paulo" permaneceu de pé e na estacada...

No número de 31 de janeiro de 1882 Rangel Pestana comunicava haver assumido o ativo e o passivo da firma Pestana, Campos & Cia... Tornava-se, dessa forma, único dono do importante diário. Já não havia peias que o entravassem, nem considerações a respeitar no tocante a susceptibilidades de sócios. Foi então que o pulcro doutrinador intensificou, mais que nunca, o combate às instituições vigentes. Era uma campanha sem tréguas, dia a dia, admirável para aquele vulto esguio que tinha a fibratura de um gigante! Fascinados, arregimentaram-se os republicanos sob a protetora sombra da "Província de S. Paulo"; a juventude ardorosa da Faculdade de Direito, encantada pelo destemor do paladino que repudiava o título deprimente de vassalo de uma monarquia avassalada ela mesma pelo egoísmo dos partidos, pela estagnação clerical e pela fatuidade de uma chamada nobreza, cerrou fileiras em torno dele. Animados pelo exemplo, surgiram à liça outros batalhadores do valor de um Assis Brasil, de um Júlio de Castilhos, de um Lúcio de Mendonça, de um Júlio Mesquita e, finalmente, de um Silva Jardim - o tribuno apocalíptico - que levaram para as províncias a semente da idéia nova. Na Corte, o partido se reorganizava, irradiando a propaganda pelas páginas de "O País", de Quintino Bocaiuva.

A ameaça de um terceiro reinado com um Orléans foragido no trono, presumível desde que o imperador, abúlico, precocemente envelhecido, não passava de uma sombra trêmula na qual era impossível se divisar sequer reminiscência do moço voluntarioso do "Quero já", veio trazer maior recrudescência ao ataque, culminando no manifesto do Partido Republicano paulista de 24 de maio de 1888, cuja redação era de Rangel Pestana. Na notável peça era declarada guerra a todo transe e em qualquer terreno ao provável reinado e causou tão funda impressão que Afonso Arinos, em artigo no "Comércio de São Paulo", anos depois, declarou que "naquele dia havia sido proclamada a República".

Com efeito, ano e meio após, no campo de Sant' Ama, em frente ao Quartel General, o marechal Deodoro da Fonseca extinguiu o regime monárquico no Brasil, regime decantado ainda por alguns sebastianistas, mas que, no momento preciso, encontrou apenas "um homem", Ladário, para defendê-lo.

\*

Quem fez a República? Reproduzo palavras que já uma vez escrevi e agora corrijo e amplio: "Mesmo que não se tenha lido Gustave Le Bon, pode-se negar à massa popular a autoria das transformações políticas ou sociais. Com referência ao Brasil, só por eufemismo poderíamos atribuir a proclamação da República ao povo. Este, no insuspeito depoimento de Aristides Lobo, assistiu "bestializado" à mudança do regime.

Então, quem fez a República? Deodoro? Não. O bravo general apenas a estabeleceu, sem solenidade alguma, conforme Tobias Monteiro fartamente documentou, a despeito de quadro épico de Bernardelli.

Foi Benjamin? Talvez. Cheio de idealismo, o sábio tenente-coronel, qual apóstolo, doutrinou a mocidade militar e prevaleceu-se da inimizade de Deodoro a Silveira Martins para levá-lo a destronar Pedro II. Sem o movimento dos quartéis em 15 de novembro de 1889 a República não teria sido vitoriosa. Honra, pois, a Benjamin.

Mas, se quisermos dar ao povo papel naquele episódio histórico, teremos que convir que só os tribunos e os jornalistas poderiam tê-lo movido. A palavra inflamada, o artigo vibrante, em contato direto e permanente com as populações das províncias, seguramente falavam mais alto que as conferências reservadas em gabinetes e quartéis. Neste caso, a República é obra de Quintino, de Silva Jardim e, principalmente, de Rangel Pestana".

\*

Chamado a colaborar na Constituinte republicana Rangel Pestana passou a direção da “Província de S. Paulo” a Júlio Mesquita. Todavia, pouco tempo esteve afastado da imprensa. A ela voltou ainda como diretor de “O Tempo”, da Capital Federal, quando o governo de Floriano Peixoto precisou de homens de coragem e valor para a defesa do regime ameaçado.

Ouvistes até agora, senhores, a rápida história do jornalista integral que conseguiu idealizar e vencer, que soube unir o pensamento ao gesto e que mereceria a admiração de Goethe por ser do grupo rarefeito de homens que, possuindo entendimento, tinham ao mesmo tempo, qualidades de ação.

Seus escritos não cintilavam pela forma, senão pela persuasão. Não tinha o estilo de um verdadeiro filósofo político, disse o senador Paulo Egídio ao fazer-lhe o panegírico: “não se podia dizer que ele fosse um filósofo, mas era um espírito filosófico e assim se constituiu um verdadeiro doutrinador do Partido Republicano, o bastante para immortalizá-lo no Brasil”.

Lúcio de Mendonça chamou-o “profeta vermelho”. Vermelho, porque republicano, de barrete frígio. Mas assentar-lhe-ia magnificamente o título de “porta-bandeira da República”, pela sua colocação honrosa entre os primeiros, os mais sinceros e os mais destemidos da gloriosa falange.

Jornalista de combate a uma forma de governo, Rangel Pestana teria forçosamente de envolver-se na política, feição de sua atividade da qual pretendo fazer ligeira síntese.

\*

Como todos que se enredam em tricas eleitorais, Pestana passaria por desgostos, alguns bem profundos e seria vítima de ingratidões. Caráter rijo, incapaz de trair para alcandorar-se às posições, insensível ao ouro sedutor, fiel aos postulados que pregava, estava naturalmente inadaptado a um meio onde a astúcia e o sofisma teriam sempre acolhimento.

Quando ainda diretor de “A Opinião Liberal” foi, por duas vezes, candidato à Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, não conseguindo eleger-se porque seu nome nunca figurou nas chapas recomendadas pelos chefes dos Partido Liberal, que lhe devia assinalados serviços. Também pouco tempo mais permaneceu integrando os quadros dessa agremiação tão... liberal. Em 1868, na assembléia realizada em casa do senador Nabuco de Araújo, o moço jornalista desassombradamente divergiu da orientação do partido, declarando que dele se retirava com seus amigos, originando-se daí a fundação do Partido Radical.

Em 1877 a prévia republicana de Campinas indicou-o e a Luís Pereira Barreto para completarem a chapa de candidatos à Assembléia Provincial. Desde então o lugar de seu nascimento começaria a influir na sua vida pública. Vozes pequeninas, ecos do mesquinho culto separatista de alguns Andradas em São Paulo (erro do qual Martim Francisco, o terceiro, se penitenciaria) sussurraram contra a indicação, alegando maldosamente que aqueles fluminenses pretendiam “competir com paulistas nos cargos da representação geral ou provincial”. À falta de argumento honesto, pois tanto Pestana como Barreto eram de moral ímacula e intangível à qualquer devassa, procurou a política vesga e corrompida explorar o sentimento regionalista dos eleitores. Muito a contragosto cito tal fato, que pouco abona um povo relativamente ao seu grau de educação, pois o isolamento num canto de uma pátria que tem a mesma língua, costumes e crenças é a redução do próprio indivíduo proporcional à pequenez territorial defendida por sua curteza de vistas. E no caso vertente, pergunto: São Paulo dando a Rangel Pestana a honra de representá-lo, não ficava, em compensação, honrado com o valor invulgar de tal representante? Nem se diga que só o Partido Republicano apresentava filhos de outras províncias às eleições. Os liberais, na mesma época, recomendavam o nome do preclaro paraense Herculano Marcos Inglês de Souza, também radicado em São Paulo. Coisas de política, ou, antes, de politiquice de campanário...

Atingidos, assim, com tanta falta de elegância, os dois fluminenses escusaram-se de aceitar os lugares, mas uma nova prévia, em louvável gesto, manteve a indicação de Rangel Pestana, embora substituísse Barreto por Cesário Mota. Do manifesto que aquele candidato

dirigiu então ao eleitorado paulista, aos 5 de agosto de 1877, há que se destacar algumas linhas:

“... por coerência, pela necessidade de pôr de acordo os meus atos com as minhas palavras, entendi pedir-lhes a substituição do meu nome por outro, visto como eu havia declarado na polêmica travada na imprensa em defesa do Partido Republicano e de seu candidato à Assembléia Geral, que não pretendia ser competidor de nenhum paulista aos cargos de representação, quer geral, quer provincial. O eleitorado republicano, não aceitando os motivos da escusa, honrou-me de novo, reelegendo-me com a declaração de não querer prescindir do meu nome na lista dos candidatos do partido. Obedeço à sua vontade. A disciplina e o dever de não abandonar o posto de luta para o qual me indicaram, obrigam-me, pois, a apresentar-me hoje ao corpo eleitoral paulista. Não o faço, porém, como um importuno, solicitando votos para satisfação de vaidade ou ambição pessoal; sou apenas o representante de um partido, cujos intuitos nobres estão por demais confessados. Se é perigosa a posição a que sou chamado, é certo também que grande honra me advem do desejo revelado pelos republicanos de poder eu ocupá-la junto com distintos paulistas que formam a lista do partido. Merecendo esta distinção, devo crer que meus correligionários entendem que o cidadão que há consumido a maior parte de sua mocidade em servir com lealdade e abnegação a causa da democracia, durante quinze anos dando na imprensa provas de seu caráter e da força de sacrifícios empregados na defesa dessa causa, está no caso de ser julgado com justiça por amigos e contrários”.

Elegante, sereno, imperturbável, em flagrante contraste com a virulência e condenáveis métodos de propaganda de alguns adversários. O resultado das urnas lhe foi desfavorável. Todavia, acompanharam-no na derrota Campos Sales e Francisco Quirino.

Tais contratempos, que a outrem abateriam o ânimo a ele enrijavam-no. Demais, era um desprendido, maximé em político, consoante demonstrou em 1883, quando, designado candidato à Assembléia Provincial pelos 1º, 4º e 7º distritos de São Paulo, optou pelo 1º, onde não tinha a menor probabilidade de êxito, deixando aos companheiros o 7º, no qual havia certeza da vitória.

Foi, pois, com surpresa que seus amigos o viram exercendo em 1884 o mandato de deputado provincial, que no ano seguinte lhe foi

renovado. Na tribuna do casarão do Largo dos Remédios - mais tarde praça João Mendes - evidenciou-se orador calmo, eloquente e ponderado, sustentando sempre os princípios republicanos e combatendo, sem paixão partidária, pelas reformas sociais.

No memorável dia da proclamação da República, quando as ambições e os apetites já se alvoroçavam para macular a pureza da vitória, a multidão, delirante, estacionou em frente à “Província de S. paulo” aclamado o batalhador que, com seu jornal transformado em poderoso ariete, abriu no edifício monárquico a maior das brechas. Era o povo, o generoso povo paulista que, na espontaneidade dos sentimentos, livre da influência perniciosa de mentores ocasionais, glorificava em Rangel Pestana o seu legítimo “leader” nas horas amargas e que, por isso mesmo, deveria conduzi-lo agora, no momento festivo do triunfo. Pálido, estampada no semblante toda a emoção interior, o intemerato jornalista ergueu a voz e convidou a multidão e aclamar a junta governativa de São Paulo, lembrando os nomes de Prudente de Moraes, Américo Brasiliense e Coronel Mursa. Se contava ser atendido, no memo instante verificou o engano. Sem hesitação, de milhares de bocas irrompeu um grito unísono: Rangel Pestana! Rangel Pestana! Titubeou o gigante, ferido na corda sensível do seu já proverbial desprendimento. Teve, não obstante, que curvar-se à gloriosa imposição. E foi entre as mais vivas expansões do júbilo popular que subiu as escadas do palácio do governo para integrar o triunvirato com Prudente e Mursa. Cedera, entretanto, para que ninguém pudesse acoimar sua modéstia de receio de enfrentar a situação.

Alma sensível em arcabouço frágil não resistiu, porém, às sucessivas emoções; e o lidador, vítima de uma síncope, desfaleceu no palácio, sendo socorrido pelos drs. Miranda Azevedo e Carlos Botelho, presentes na ocasião.

Decorridos dias, clareado o ambiente e restabelecida a confiança, Rangel Pestana tem notícia de que o chefe do governo assentara nomeá-lo governador único da província. Não vacila, corre ao Rio, faz-se ouvir pelo marechal Deodoro e com habitual nobreza de atitude, consegue a nomeação de... Prudente de Moraes.

Quando da constituição do ministério do governo provisório, num momento em que tanta gente se fazia lembrar, Pestana se

desinteressara em absoluto de nele tomar parte, assim se tornando fácil ser vencida a resistência de Benjamin Constant, que por ele pugnava, substituindo-se seu nome pelo não menos probo de Campos Sales.

É que o abnegado repúblico via realizado seu ideal. Que mais queria? Posições? Não. Seu lugar era no seio do povo, onde sempre desejara permanecer, confundindo-se com ele, esquecido mesmo. E dizia-o com orgulho e sincera dignidade: “No domínio da monarquia considerava-me honrado com a minha origem de plebeu. No da República sinto-me feliz por me achar obscuro no meio do povo, que nunca cortejei levianamente para lhe merecer as graças”.

Em 1890 o governo provisório da União exigiu o concurso de suas luzes, nomeando-o para a comissão do ante-projeto da Constituição Brasileira, trabalho de grande envergadura, que serviria de base para a discussão do Estatuto Federal de 1891. Conhecedor da realidade nacional, tentou então e depois do plenário da Constituinte, alterar a absurda divisão administrativa do Brasil que, no seu modo de ver, comportaria Estados, províncias e territórios.

A primeira eleição da República foi, para Rangel Pestana, um duro golpe, tanto mais que se revestia das características da injustiça e da ingratidão. Candidato a senador por São Paulo, os seus próprios companheiros do partido, numa daqueles célebres e pouco dignas manipulações politiqueras herdadas da monarquia e que levaram a primeira República à completa desmoralização, procuraram amesquinhar seu prestígio, surrupiando-lhe votos para impedi-lo de surgir à cabeça da lista.

Note-se, porém, Rangel Pestana diante das pretensões de uma chusma de candidatos e temendo preterir paulistas, havia desistido de concorrer às eleições, em benefício de Américo Brasiliense. Só aquiescera quando lhe lembraram que a falta de seu nome causaria péssima impressão no país e daria, quíça, margem a comentários desfavoráveis. Foi essa uma das primeiras “recompensas” que a República lhe deu. Se tinha ressentimentos dos chefes da política de São Paulo, nunca o disse. Mas procurou afastar-se do cenário bandeirante, convencido de que, sem constrangimento, não havia mais lugar para si no partido.

Era ainda senador quando recebeu do ministro Serzedelo Correia o convite, reiterado por cinco vezes, para exercer o cargo de presidente do Tribunal de Contas. Não o aceitou, declarando que assim procedia para não ir contra seus compromissos de propagandista. Seria ludibriar os eleitores abandonar um mandato conquistado nas urnas. Pouco depois o governo ofereceu-lhe a presidência do Banco do Brasil. Recusa ainda, insensível a todos os conselhos e vantagens.

O presidente da República, marechal Floriano, manda chamá-lo: “Preciso dos seus serviços como depositário de minha confiança. Se o senhor, que tem responsabilidade na implantação do regime, se recusa servir-me, a mim me cabe o direito de abandonar este posto de sacrifício em que me colocaram...” Assim ter-lhe-ia falado o marechal.

Perante tal argumento, Rangel Pestana foi ser banqueiro, justamente numa ocasião em que trazia o coração amargurado pela fatal doença de sua dedicada esposa, que breve o deixaria só. Fase triste de sua vida! Calando a dor interior, sustentava no Banco a luta permanente conta a subtilidade dos fraudadores e negociastas, a par da necessidade de suprir o governo com meios que o habilitassem a combater os revoltosos. Negócios para outros menos cautos ou pouco exigentes seriam realizados sem delongas por trazerem lucros prováveis ao banco e certos ao seu presidente, ele os repelia com a rispidez desconcertante de sua honestidade. Não admira, pois, que ao deixar aquele estabelecimento, continuasse pobre.

Parecia sofrer de um complexo de renúncia e abnegação, mas na verdade era um solitário e exato interpretador da sua política, filha da moral e da razão. “Avis rara” num ambiente de felonias partidárias, reputações mareadas, destroços de “encilhamento” e grandezas a qualquer preço.

Essa singularidade, se o afastava dos homens de más intenções, mais e mais o insinuava ao “Marechal de Ferro”, que em momentos difíceis buscou a sabedoria de seus conselhos. Há um caso que demonstra quanto Floriano o acatava:

A bancada paulista no Congresso, baseada em infundada desconfiança sobre as intenções do grande soldado, movia-lhe mal disfarçada oposição. Irritado, o marechal resolveu intervir em São Paulo, dando nesse sentido os primeiros passos. Sabedor do ocorrido,

apresenta-se-lhe Rangel Pestana no Itamarati e acremente condena a inominável violência contra a autonomia do Estado, acrescentando que, conquanto também hostilizado pelo partido dominante de São Paulo, tinha a convicção de que seus dirigentes, agindo embora erradamente, nem por isso deixavam de ser republicanos sinceros. Diante de razões tão insuspeitas, o marechal recuou e a intervenção deixou de ser feita.

Impressionara-o, porém, a atitude varonil daquele homem que desenhava do ensejo para ditar sua vontade no Estado mais importante da Federação; que desistia de vultoso benefício político para não quebrar sua própria fé nas virtudes do regime; que recusara posições cômodas e rendosas; que não aceitara honras de general que outros ansiavam.

Uma idéia ficou a verrumar-lhe o cérebro. Por que não fazer desse varão incorruptível, o fiel auxiliar, seu sucessor na presidência da República? Além de dar ao Brasil um chefe de raras qualidades e que seria o continuador de sua política de visão larga, anularia a pretensão de Prudente, com quem não simpatizava. E deu-lhe ciência do seu modo de pensar.

A resposta foi peremptória. Sentia-se honrado com a preferência, mas não queria preterir um antigo companheiro, que era um paulista ilustre. Inda mais, solicitou-lhe, em tom de conselho, não adiasse as eleições, como, diziam, era seu intento.

Foi atendido, não sem pesar, pois Floriano temia pela sorte de seu ingente trabalho como Consolidador da República. “Confiava desconfiando sempre”; mas em Rangel Pestana “confiava” apenas. Esse receio transparece no que lhe disse ao apagar das luzes de sua presidência: “Amanhã estará no governo o seu amigo, antigo companheiro da propaganda republicana. Do meu retiro farei constantemente votos para que ele não iluda esse passado de sacrifícios e glórias. Por tudo isso e pelo que ainda há pouco me afirmava, com os meus agradecimentos, quero que fiquem gravadas na sua memória estas palavras do soldado obscuro, mas leal defensor da República: “O senhor é um dos responsáveis pelo que vai acontecer”.

Não há dúvida que o gesto de Rangel Pestana foi nobre e mesmo repugnaria ao seu caráter agir de maneira diversa. O grande prejudicado foi o Brasil, que perdeu a esplêndida oportunidade de ter à

frente de seu governo um chefe destinado a desempenhar aqui o mesmo papel que Sarmiento na Argentina ou Jefferson nos Estados Unidos.

Em 1897, sua atividade política, em evidente declínio, voltou à imprensa para defender o governo de Floriano, com o fim único de restabelecer a verdade, impedindo que fatos deturpados tivessem ingresso na História.

Quando aquele grande espírito que foi Alberto Torres ascendeu ao Ministério da Justiça, na presidência Campos Sales, chamou-o, em nome de Estado natal para ocupar uma cadeira na Câmara Federal e posteriormente no Senado, em cujos postos revelou sempre a mesma fé com que, na mocidade, se batera pela implantação da República.

\*

**O Educador.** Parece-me, senhores, que falando num cenáculo de professores, esta face da vida de Rangel Pestana deve ser particularmente interessante. Mestre-escola ele o foi e disso se orgulhava. Em seu manifesto ao eleitorado paulista, em 1877, há um trecho que o prova:

“Para a reiterada escolha do meu nome, devia ter influído também a vontade enérgica com que há três anos, nesta província, exerço o magistério e o jornalismo, procurando na redação da “Província” defender todos os interesses legítimos, aplaudir todos os cometimentos da iniciativa particular, tratando em tais casos a adversários e amigos no mesmo pé de igualdade, ao passo que na cadeira do professorado procuro erguer o ânimo da criança pela compreensão exata do dever e por uma instrução larga e bem combinada, base de nossa regeneração social”.

Foi no Rio de Janeiro, em 1873, que Rangel Pestana, certo de cumprir um dever, instalou a “Escola do Povo”, destinada a elevar a cultura da população, assim preparando para o futuro uma geração consciente dos seus deveres e direitos. Explicando os fins a que se propunha e onde ressaltava, cristalina, a pureza do seu patriotismo, dizia o educador fluminense:

“Por mais de uma vez temos dito que se o ensino oficial habilita a assinar o nome num contrato social ou numa carta; não forma

cidadãos; desenvolve preconceitos, ensina não raciocinar sobre a religião e as formas de governo, a não tomar interesse pela causa pública que deixa de parecer que é nossa, mata no coração todos os princípios nobres, viris e são, alimenta a vaidade, entroniza ídolos e abate o espírito. (...) perniciosa à Pátria, degradante para o indivíduo; este aprende a ler gratuitamente pelo lado pecuniário, como manda a Constituição do Império, mas em paga dessa economia abdica toda a elevação de espírito em favor do despotismo civil e clerical”.

Os cursos eram gratuitos, os professores não recebiam remuneração; e por mais inacreditável que pareça, o aluguel do prédio e todas as despesas eram pagas por eles e por alguns amigos que os apoiavam. O ensino primário, ministrado a meninos e adultos, das 9 horas da manhã às 2 da tarde, comportava as seguintes matérias: Geografia e História do Brasil, História Sagrada, Instrução moral e cívica, Gramática, leitura e análise dos clássicos, prosadores e poetas, ler, escrever e contar.

Havia também cursos livres, cada um dos quais funcionava uma vez por semana, das 6 às 7 da noite. Constavam de Arimética e Geometria, Direito natural e público, Legislação comparada, Economia política e Estudos relativos à mulher. Justificando a criação deste último, realmente curioso e notável, dizia Rangel Pestana:

“O seu fim é, em palestras ou conferências familiares, mostrar o atraso da educação do sexo feminino em nosso país, seus direitos e deveres, quer individuais, quer sociais, a proteção de que é digno por parte do cidadão, a injusta opressão que sobre ele tem pesado desde o principio do mundo, a ignorância e preconceitos que o dominam e em que estamos a seu respeito, os males que daí resultam para a sociedade e para a humanidade; em resumo, é de seu programa tudo o que for conveniente para tirar a mulher do abatimento em que tem estado e ainda está, tudo o que servir para habituá-la a tomar parte na vida do homem, única que até ao presente tem sido a da humanidade; para mostrar à mulher qual é, e quanto é nobre a sua missão sobre a terra”.

Não me assiste tempo para comentários. Façam-nos os meus pacientes ouvintes. Considerem a época: 1873. A conclusão será fatal: Rangel Pestana era um iluminado que antevia o século XX, um homem superior aos do seu tempo.

Seria, porém, injusto não lembrar os nomes dos professores, seus abnegados confrades nessa alevantada empresa: Henrique Limpo de Abreu, Miguel Vieira Ferreira e José Napoles Teles de Menezes.

A “Escola do Povo” não logrou, contudo, se manter. Desapareceu vencida pela incompreensão do meio, ainda muito retardado para recebê-la.

1874 encontrou-o em Campinas lecionando Português e Retórica no Colégio Internacional do reverendo George Nash Morton e Edward Lane, ambos educadores norte-americanos. Era um estabelecimento de renome, que contava com os cursos primário, secundário e um superior de 5 anos. Muitos dos seus alunos tornaram-se ilustres, entre eles Alonso Guayanaz da Fonseca, José Pereira de Queiroz, Júlio Mesquita e Carlos de Campos.

No colégio que o reverendo Morton fundou em São Paulo, á rua da Consolação, prestou ainda Rangel Pestana o concurso de sua inteligência pelo espaço de cinco anos, de 1880 a 85, adquirindo, então, um perfeito conhecimento da pedagogia americana.

O problema educacional mereceu o melhor dos seus pensamentos e fê-lo sempre figurar em primeiro plano na campanha de renovação. Não podendo mover o elemento oficial, tentava resolvê-lo com as suas próprias forças, sacrificando sua comodidade e até mesmo seus reduzidos haveres. Em 1876, como se lhe não bastasse o dinâmico esforço empregado na luta contra a monarquia pelas colunas da “Província”, instala à rua da Boa Morte - no mesmo prédio que seria mais tarde ocupado pela Escola Normal - um colégio para meninas, sob sua direção e a de d. Damiana, sua esposa. Tratava-se de um magnífico ginásio, modelado pelos da Suíça e Alemanha, com métodos ainda quase desconhecidos no Brasil. O corpo docente era tão notável que relembra-lo, embora sem o menor intuito de provocação ou cotejo, é despertar saudades: Antônio Carlos de Andrade (francês e italiano), Conselheiro Rubino de Oliveira (matemática), Caetano de Campos (física, química e ciências naturais), João Kopke (português e inglês), Américo Brasiliense (história pátria), Rangel Pestana (literatura, retórica e filosofia), maestro

Alfredo Pons, avô da hoje célebre soprano Lili Pons (música e canto).<sup>\*</sup> Auxiliavam d. Damiana três senhoras, uma francesa, uma inglesa e uma alemã.

O que é bom dura pouco, lá diz o adágio. Apesar de freqüentado por alunas pertencentes a famílias abastadas e da alta sociedade paulista, o colégio, devido a prejuízos financeiros, cerrou as portas ao cabo de quatro anos, curto período, é certo, mas que bastou para exercer sensível influência sobre a rotina educacional da época e para revelar ao país dois vultos da pedagogia indígena: João Kopke e Caetano de Campos.

Em 1880 lecionava Rangel Pestana no Colégio Mamede, instalado no local em que se acha hoje o Teatro Boa Vista e onde vinte e tantos anos antes fizera os preparatórios para a Faculdade de Direito, quando foi convidado pelo presidente da província, conselheiro Laurindo de Brito, da situação liberal, para, juntamente com os drs. Américo Brasiliense, Francisco Aurélio, Vicente Mamede e Godofredo Furtado, elaborar um plano de reforma da instrução primária. Aplicou-se alma ao trabalho, dando-lhe feição prática e moderna e apresentou-o ao governo, depois de devidamente assinado pelos seus ilustres companheiros de comissão.

Aos presidentes que se sucediam em desconcertante instabilidade (basta dizer que o Império, em 67 anos de existência teve 59 ministérios) faltava tempo sequer para cuidarem de política.<sup>\*\*</sup> O plano de Rangel Pestana ficou, pois, dormindo o sono do esquecimento até que, eleito deputado provincial pelo Partido Republicano, pôde seu próprio autor romper a inércia governamental, apresentando ao plenário um projeto que consubstanciava as idéias daquele. Moveu-se a emperrada máquina legislativa e o presidente foi autorizado a reformar o ensino primário. Assim, aos 2 de maio de 1885 o dr. Almeida Couto baixava o decreto remodelando a instrução pública, no que seguiu quase

(\*) Ao tempo desta conferência (1939) a soprano francesa Lily Pons, nascida em 1898, estava ainda em plena forma, como um dos elementos mais destacados do Metropolitan Opera, de Nova York. Foi casada com o regente Andre Kostelanetz, e faleceu em 13 de janeiro de 1976. (N. da R.)

(\*\*) Lembre-se, em aditamento, que a província de São Paulo, em 67 anos de regime imperial teve 53 presidentes, mais uma prova da "desconcertante instabilidade, a que se refere o autor. (N. da R.)

integralmente o projeto de Rangel Pestana, de quem era velho amigo pessoal. Ofereceu-lhe mesmo, reiteradamente, a direção da Escola Normal, convite que o jornalista, assoberbado com a propaganda republicana, se viu obrigado a recusar.

A execução da reforma sofreu alterações e delongas, opostas pelo espírito rotineiro de “soi-disants” legisladores, que não se conformavam com a hipótese da instrução pública fugir aos seus caprichos de sobas politiqueros. Sem embargo, a nova lei, datada de 1887, trouxe perceptíveis vantagens ao aparelhamento escolar, notadamente no que dizia respeito ao Conselho Superior, à divisão do ensino em 3 graus e à Escola Normal.

A verdadeira reforma fê-la, porém, a República. Por ela bateu-se tenaz e insistentemente Rangel Pestana. Queria-a completa e perfeita, pois via na escola a base da nacionalidade e da verdadeira independência.

“A grande naturalização - dizia o eminente educador - pede, como reforma correlata, a boa escola nacional, capaz de incutir no ânimo popular o sentimento da pátria moderna, com a afirmação de suas grandezas, da energia de sentir e de pensar, com a verdadeira solidariedade dos que trabalham em uma obra comum, sem antigos preconceitos e sem o avigoramento de condenáveis privilégios.

Quanto mais solidamente um povo é instruído, tanto mais forte e produtor ele se torna. É preciso, porém, que a instrução prepare homens úteis, capazes de aumentar as forças progressivas do país e de fomentar em alto grau a sua riqueza; que seja integral, concreta, tão completa quanto possível, como recapitulação das verdades afirmadas pela ciência.”

A “grande reforma”, como o seu criador, e com ele todos passaram a chamá-la, foi precedida pela nomeação do novo diretor da Escola Normal, dr. Antônio Caetano de Campos. A indicação partira de Rangel Pestana, que assim subtraía um médico notável a uma rendosa clientela para entregá-la ao doce sacrifício de educar uma nova geração, dentro das mais honestas e sábias diretrizes que a Instrução Pública de São Paulo já teve.

Em breve Caetano de Campos entusiasmava-se com a aquisição feita de uma distinta professora do Rio, educada nos Estados

Unidos, d. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, e de uma educadora americana, senhora de considerável fortuna, que ensinava crianças por prazer e vocação, que - conforme ela mesma dizia - trabalhava por dois homens quando o ensino o necessitava e cujo nome é imperecível para o magistério paulista: miss Marcia Browne.

Do que acontecia com a reforma e de sua alegria deu conta a Rangel Pestana, então por força de lei em Petrópolis, onde redigia o ante-projeto da Constituição Federal, dizendo-lhe em carta de 20 de março de 1890:

“O decreto saíu, pode dizer-se, como você o concebeu. A redação mesma da maior parte dos artigos é sua. Na escolha do pessoal terá você visto também que todos os nomes preferidos foram de indicação sua. Tive muitas propostas, muitos pedidos e até talvez algumas preferências. Resisti, porém, ao assalto assombroso que sofri, porque não me julgava com direito de anular um desejo seu”.

E num assomo insopitável do seu sentir, assim rematava: “... pela primeira vez o Brasil vai ter uma verdadeira escola com o ensino de Pestalozzi não falsificado, e é em São Paulo que se funda essa escola!”

Restava ainda um problema a resolver: o do edifício adequado para a Escola Normal. Foi ainda Rangel Pestana, declarado pelo presidente de São Paulo, Prudente de Moraes, seu mentor nos negócios educacionais, quem lhe insinuou construí-lo com os 200 contos destinados pela monarquia à edificação de uma catedral, já que o Estado, separado da Igreja, não poderia mesmo, licitamente, dar-lhes o primitivo fim.

E foi assim, senhores, que se ergueu na Praça da República aquele monumento que é o mais belo de São Paulo, e onde o nome de Caetano de Campos só deixou de refulgir em períodos cinzentos da direção do ensino, pela prevalência de reformismos de exibição, camuflados de modernos. Se ao grandioso templo falta o arrojo da arquitetura hodierna, que é medida pela altura, sobra-lhe vida, sobra-lhe glória, sobra-lhe, principlamente, luz; luz que ilumina cérebros e espanca a ignorância, luz que se projeta pela hinterlândia levando a civilização. Obra de Rangel Pestana!

Se São Paulo lembrar-se um dia de resgatar um mínimo do muito que lhe deve, não lhe erga estátua. Edifique na Capital um modelar Instituto de Educação sob a égide de seu nome. Ter-se-á,

destarte, cingido à letra das próprias palavras do jornalista e educador, quando combateu a construção do monumento do Ipiranga:

“... o melhor, o mais glorioso e duradouro monumento é um estabelecimento de instrução, que é incontestavelmente significativo e útil. A sua influência na formação da nacionalidade pelas lições que as gerações aí receberão segundo o desenvolvimento das ciências, deve perpetuar gloriosa e proficuamente a data e o fato que determinaram a existência dessa mesma nacionalidade até hoje ainda mal definida por falta de instrução”.

Senhores, vou concluir. Nesta Capital, à rua Major Quedinho nº 7, faleceu aos 17 de março de 1903 o senador pelo Estado do Rio de Janeiro, dr. Francisco Rangel Pestana. Não obstante a elevada investidura de seu cargo, residia numa casa modesta, tão modesta que, após sua morte, seria ocupada por uma família simples, a de meu pai, tendo, portanto, quem vos fala passado alguns anos de sua meninice entre as mesmas paredes que abrigaram aquele formoso espírito.

18 de março de 1903. Um dia triste. Talvez o ouro do sol escorresse perdulariamente sobre o casario da cidade; talvez o céu estivesse pintado do mais esplêndido azul. Embora, havia no ambiente um laivo de amargura. Ia ser sepultado no cemitério da Consolação o corpo de Rangel Pestana, varão de excelsas virtudes cívicas, de caráter reto e de moral inflexível, que na vida pública e particular fora paradigma do homem probo e justo e justo e bom.

O povo, respeitoso, acompanhava o seu apóstolo. O oficialismo comparecia, exibindo o dourado das fardas e a elegância das sobrecasacas; antigos companheiros da propaganda formavam a frente do cortejo. Mas, à beira do túmulo, nenhum desses elementos de escol ousou tomar a palavra. Pudor, medo, disse Afonso Arinos num jornal da época. Medo de mentir, de faltar à sinceridade, de trair diante da grandiosidade do Nada e daquele morto que se tornava maior que quando vivo. E a terra generosa dos bandeirantes abriu-se para receber em seu seio o cidadão-modelo, que tanto a amara e servira. Para honra de São Paulo, não houve então zoilo desalmado que lembrasse estar Rangel Pestana preterindo alguém... Tenho dito.